

ARTIGOS

CONSIDERAÇÕES SÔBRE O CULTO DE AMIDA NO JAPÃO MEDIEVAL.

(Um exemplo de consciência histórica no
Budismo Japonês) (II).

(*Continuação*).

RICARDO MÁRIO GONÇALVES

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo.

I CAPÍTULO.

O JAPÃO NA ÉPOCA DA FORMAÇÃO DO AMIDISMO.

a). — *Evolução histórica — aspectos econômicos, sociais e políticos.*

O desenvolvimento do Amidismo no Japão coincide com uma época em que a sociedade japonêsa sofre profundas transformações: o período que se estende do século X até o século XIII em que assistimos a lenta desagregação do despotismo nipônico liderado pela Côrte Imperial e pela nobreza latifundiária, que dará lugar a uma ordem feudal, sob o domínio dos *samurai* ou *buke*, a classe guerreira japonêsa. A análise das transformações ocorridas nêsse período é indispensável para se compreender a atitude de rejeição do mundo e de reflexão sobre a História, que transparece nos vários pensadores da época, particularmente nos do Budismo Amidista. Nosso estudo se iniciará, pois, por um panorama dessa fase crítica da História do Japão, precedido de um breve apanhado da evolução histórica do Estado Japonês, para facilitar a compreensão do período.

O problema da formação do Estado Japonês é muito discutido e ainda está longe de ser resolvido. O que sabemos com certeza é que o embrião do futuro Império do Sol Nascente surge na Planície de Yamato (região de Kyoto e Nara) por volta do século IV de nossa era, sob o impacto da cultura do continente que desde essa época passou a penetrar no arquipélago em uma escala muito maior que durante a Cultura Yayoi dos cultivadores de arroz (século III a. C. — século III d. C.). Tudo leva a crer que os próprios grupos dominantes desse estado primitivo procuraram ativamente assimilar elementos culturais diversos do continente que lhes permitiam maior dose de poder. A difusão das armas e utensílios de ferro nos fins do período Yayoi parece ter favorecido a formação do Estado, permitindo aos grupos mais fortes dominar áreas cada vez maiores.

Várias são as hipóteses referentes ao processo de formação do Império Japonês. Uns falam numa idade heróica de características próximas a da Grécia dos tempos homéricos, como fase de transição entre a época das comunidades tribais dos cultivadores Yayoi e a forma primitiva do Império. Outros levantam a hipótese de uma invasão de nômades do continente. Não nos cabe aqui aprofundar essas questões. O que nos importa é que no século VI já encontramos no Japão uma forma primitiva de monarquia, em que o poder do soberano é contrabalançado pelo dos chefes das grandes famílias nobres, descendentes dos antigos chefes tribais que se submeteram ao domínio dos senhores da região de Yamato. Tanto a Coroa como os nobres controlavam as terras cultivadas e os camponeses, cuja condição era bastante próxima da escravidão. Havia também comunidades de artesãos cuja atividade era hereditária e que dependiam quer da casa imperial quer das famílias nobres, de que eram virtualmente escravos. Entre esses artesãos (ceramistas, ferreiros, tecelões, etc.) muitos eram os elementos vindos do continente, principalmente da Coréia, que tiveram bastante importância na difusão da cultura continental. Os nobres ocupavam na corte cargos hereditários, mais ou menos valorizados, segundo a importância de cada família. No século VI, duas grandes famílias, os Soga e os Mononobe, rivalizavam-se no controle do Estado, através da influência sobre o imperador.

A escrita chinesa, a filosofia confucionista, a astrologia, o calendário, a medicina e as práticas adivinatórias baseadas na teoria do *yin* e do *yang* são alguns dos principais elementos culturais do continente postos à disposição dos grupos dominantes da época. A esses veio em breve se juntar o Budismo, cuja introdução oficial data de 538, segundo as crônicas palacianas. A difusão desses elementos no Japão foi favorecida não apenas pela imigração mencionada acima mas pela presença de uma base territorial japonesa na Coréia desde a

época de formação da monarquia de Yamato até 562 e pelas frequentes intervenções da corte japonesa nos assuntos da península, que se prolongaram até 663.

A introdução da cultura continental no Japão está associada ao processo de fortalecimento do poder monárquico através da adoção das instituições do despotismo chinês. Uma figura decisiva dentro desse processo foi a do Príncipe Regente Shôtoku (574-600). Juntamente com Soga no Umako, chefe da família Soga que havia eliminado os conservadores Mononobe, hostis ao Budismo e às instituições do continente, esse príncipe levou a efeito um notável programa de aproximação com a China, enviando embaixadas e estudantes encarregados de assimilar as instituições chinesas e as doutrinas búdicas. Estas últimas encontraram no Príncipe um entusiasta propagandista que não só promoveu a construção de templos mas também realizou pregações na Corte. Atribui-se-lhe a autoria de três comentários de textos budistas fundamentais. Convém lembrar que a difusão do Budismo, na medida em que fazia empalidecer as crenças nacionais, marcadas por fortes diferenças regionais, favorecia a obra de consolidação do poder central. Na esfera política, o Príncipe criou uma primeira hierarquia de funcionários estatais, inspirada nas instituições chinesas, na qual procurou enquadrar a nobreza. Elaborou também uma espécie de ordenança ou estatuto para o uso dos mesmos, sob a inspiração dos princípios do Budismo e do Confucionismo, que, sob o nome de *Jûshichijû Kempô* (*Constituição dos Dezessete Artigos*) celebrou-se como a primeira lei escrita japonesa.

A ação do Príncipe Shôtoku foi bastante importante para o fortalecimento do poder imperial mas esteve longe de ser decisiva. Após a morte do mesmo, a pressão exercida sobre a família imperial japonesa pelos Soga representou um verdadeiro retrocesso. O passo definitivo foi dado em 645, através da chamada Reforma de Taika, levada a efeito pelo Príncipe Nakano Ôe no Ôji, futuro imperador Tenchi, auxiliado pelos estudantes que o Príncipe Shôtoku mandara à China e que já haviam regressado ao Japão, e por Nakatomi no Kamatari, chefe da família Nakatomi, rival dos Soga.

A Reforma de Taika teve como prelúdio o golpe de estado representado pelo assassinato de Soga no Iruka, chefe da família Soga e culminou na adoção de importantes medidas de natureza administrativa, econômica e social, visando criar um estado fortemente centralizado, sob o domínio do Imperador, tomando como modelo a China da época.

Dentre as principais medidas, destacam-se: a) — o confisco de todas as terras pertencentes às famílias nobres e a libertação dos

servos até então sob o jugo das mesmas, medida que teoricamente extinguiu a propriedade privada da terra no Japão; as terras passaram a ser consideradas propriedade da Coroa e todos os camponeses passaram a ser vistos como livres súditos da mesma; b). — a criação de uma rede administrativa sob o controle da Coroa, abrangendo todo o país e compreendendo províncias (*kuni*), municípios (*gun*) e aldeias (*ri*); c). — a organização de um cadastro, visando a distribuição de terra cultivável entre os camponeses e a arrecadação de parte do produto do trabalho dos mesmos a título de tributo devido à Coroa em retribuição ao direito de cultivar as terras pertencentes à mesma; d). — o estabelecimento de taxas diversas sobre a terra, da corvéia e do serviço militar obrigatório.

Seguiu-se a promulgação de códigos escritos (*ritsuryô*), seguindo modelos chineses e regulamentando minuciosamente os itens acima, o Código de Taihō (*Taihō Ritsuryô*), de 700 e o de Yōrō (*Yōrō Ritsuryô*) (718). O fortalecimento do poder imperial se expressou também na construção de uma capital em 710, a cidade de Nara, erigida com a capital chinesa Chang-An como modelo, que veio substituir as toscas e provisórias construções de madeira que abrigavam a Corte, até então itinerante.

Os senhores do Império não se esqueceram de fundamentar ideologicamente seu poderio. Em 712 e 720, sob o patrocínio da Corte, foram elaboradas as primeiras crônicas japonesas, o *Kojiki* (*Crônica das Coisas Antigas*) e o *Nihon-shoki* ou *Nihon-gi* (*Crônica do Japão*). Tais crônicas proclamavam a divindade do Imperador, considerado descendente da deusa solar Amaterasu-Ōmikami e continham uma série de relatos mitológicos nos quais as divindades ancestrais da Casa Imperial triunfavam em suas lutas com os deuses protetores ou antepassados das grandes famílias nobres. Durante o século VIII, conhecido na História Japonesa como Período de Nara, considerado a época de apogeu do despotismo imperial japonês, a Coroa, mantendo-se fiel à tradição que remontava aos tempos da introdução do Budismo e do Príncipe Shōtoku, continuou a se afirmar como protetora da religião, promovendo a construção de gigantescos templos budistas como o Tōdaiji, em Nara, patrocinando a vinda de missionários chineses e submetendo os monges e monjas a um estatuto que virtualmente os transformava em funcionários estatais. A Corte Imperial afirmou-se também como patrona das letras e das artes, dando início a uma tradição que perdura até nossos dias, com a publicação do *Manyōshū* (*Coleção das Dez Mil Fôlhas*), a primeira antologia oficial de poesia japonesa, por volta de 780.

O século VIII representou o período áureo do poderio imperial, mas não podemos nos esquecer, por outro lado, que nele já se encon-

tram claramente delineadas as contradições internas do regime, que prefiguram já a dissolução do mesmo através da crise que se delinea no século X e se precipita no século XII. Para o estudo da referida crise é necessário procurar caracterizar esse regime em termos sócio-econômicos e analisar de maneira sucinta suas principais contradições.

Muitos historiadores japoneses costumam definir o regime socio-econômico do antigo Japão em termos de sistema de produção escravista (1), o que é bastante criticável, por levar a uma série de confusões, já que as instituições japonesas de maneira nenhuma podem ser comparadas às da Antiguidade Clássica Ocidental e que o grupo social japonês mais próximo do escravo, tal como compreendido no Ocidente — o dos *nui* — representava uma pequena minoria que pouco ou nenhum papel exercia dentro do sistema (2).

Os defensores da teoria do sistema escravista podem argumentar que os chamados “lavradores livres” da Reforma de Taika não passavam virtualmente de escravos da Coroa e que não obstante uma série de diferenças, as sociedades asiáticas da Antiguidade podem ser consideradas como variante do sistema escravista clássico. Entretanto, a nós parece excessiva generalização englobar numa mesma categoria sistemas tão diferentes entre si como os da Antiguidade Clássica Ocidental e os dos antigos impérios despóticos orientais. Parece-nos oportuno, para caracterizar o sistema sócio-econômico do antigo Japão, recorrer ao conceito de sistema asiático de produção (3).

Este pode ser definido em rápidas palavras pela existência de uma monarquia despótica que dispõe de uma complexa máquina burocrática capaz de arrecadar eficientemente o produto do trabalho das comunidades camponesas, mas sem interferir diretamente na atividade

(1). — É a posição assumida, por exemplo, pelos Profs. Shô Ishimoda (*LXXIV*, p. 301-304), Goro Hani (*LXV*) e Kiyoshi Inoue (*LXVI*, v. 1, p. 78-80, 137-138).

(2). — Dava-se o nome de *nui* a indivíduos da mais baixa condição social, de ambos os sexos, pertencentes a particulares ou a órgãos públicos, que podiam ser objeto de compra e venda, embora não pudessem ser mortos por seus senhores sem aquiescência das autoridades.

(3). — Sobre o sistema asiático de produção, ver o artigo de Maurice Godelier (*VIII*) e o estudo de Wittfogel (*XI*). Existe uma seleção de textos de Marx e Engels relacionados com o problema, publicada na Argentina juntamente com o artigo de Godelier (*IX*). No Japão, a possibilidade de interpretar a sociedade antiga através do conceito de sistema asiático de produção é discutida pelo Prof. Akira Yoshida (*LXXVIII*) que considera o regime *ritsuryô* uma forma do referido sistema e interpreta a sociedade do período Fujiwara como sendo o primeiro estágio do processo de formação do feudalismo japonês.

produtiva das mesmas. A terra pertence teoricamente ao Estado, mas podem surgir formas de propriedade comunal. Eventualmente pode surgir a posse das chamadas obras hidráulicas (diques, canais, etc.) indispensáveis à agricultura, podendo portanto controlar a produção tão minuciosamente quanto no caso de não haver propriedade privada. A produção não visa fins comerciais. Seu excedente é empregado na construção de cidades, palácios e templos para o uso do déspota e de sua burocracia e, eventualmente, para obras de regadio. O controle perfeito das comunidades rurais pela burocracia estatal facilita a mobilização de grandes massas de trabalhadores para tais obras. A escravidão ou a servidão podem existir, embora não constitua um elemento fundamental do sistema (4).

Karl Wittfogel classificou o regime do antigo Japão como uma forma de despotismo asiático, o que nos parece exato (5). O próprio processo de formação do Estado Japonês, resumido acima lembra a formação do sistema de produção asiático, tal como descrito por Maurice Godelier; as comunidades aldeãs são submetidas ao poder de uma comunidade superior, expressão da unidade real ou imaginária das comunidades particulares, poder esse que na origem tinha como raiz funções de interesse comum (religiosas, políticas e econômicas) e se transformou gradualmente num poder de exploração. A expropriação da terra das comunidades por parte do rei, personificação da classe superior, fenômeno frequente segundo o mesmo autor, corresponde, no caso japonês, ao confisco das terras da nobreza efetuado na reforma de Taika (6). A divindade do imperador, a presença de uma eficiente máquina burocrática, a distribuição da terra pública aos camponeses, tomando-se por unidade, teoricamente, os indivíduos, mas na prática um *gokô* ou grande família, o cadastro, a arrecadação de impostos, as corvéias, a construção de grandes templos e palácios como o Tódaiji de Nara, com seu gigantesco Buda de bronze de mais de 16 metros de altura e os *kokubun-ji* (templos provinciais), tudo isso permite caracterizar o regime japonês como uma forma do sistema asiático de produção. Além disso, o fato de que a desagregação progressiva do despotismo japonês levou à formação de um sistema feudal parece confirmar a hipótese de Godelier de que o feudalismo pode surgir da dissolução do sistema asiático de produção (7).

Vejamos agora as condições que precipitaram o processo de dissolução do despotismo japonês. Mais uma vez cumpre dar razão a

(4). — VIII p. 61-66, 85-92.

(5). — XI p. 230.

(6). — VIII p. 85.

(7). — VIII p. 92-97.

Wittfogel, que o classifica não como um exemplo típico do sistema asiático de produção, mas sim como uma forma sub-marginal (8). Realmente, as características geográficas do Japão, destacando-se seu acidentado relevo, impediram que nele o regadio atingisse a importância que teve na China e favoreceram a relativa autonomia dos chefes locais e regionais, que facilitou o advento do feudalismo. Por outro lado, as autoridades japonesas não puderam simplesmente copiar o modelo chinês; muitas peculiaridades da sociedade e das instituições de antes da Reforma de Taika tiveram de ser levadas em conta e não poucas foram as concessões que acentuaram as contradições do sistema, acelerando sua dissolução.

Assim, podemos considerar em primeiro lugar o problema da terra. Se bem que o ideal da Reforma de Taika fosse transformar todo o solo japonês em terra pública, a pressão das grandes famílias aristocráticas levou a que, na prática, a propriedade privada sobrevivesse sob a forma de diversas concessões de terra aos nobres. Os grandes templos budistas também puderam conservar suas propriedades e servos. Por outro lado, as pesadas taxas exigidas dos cultivadores da terra pública faziam que os mesmos, desafiando as severas sanções previstas pela lei, abandonassem os lotes recebidos, buscando refúgio nas propriedades particulares dos nobres e dos templos, onde se tornavam servos e permaneciam a salvo do controle da administração imperial. O serviço militar obrigatório e as corvéias a que os camponeses estavam sujeitos também contribuíam para o colapso do sistema, pois arrancavam à terra pública grande parte da mão-de-obra aproveitável, contribuindo para o maior empobrecimento das comunidades rurais. O sistema da terra pública também não estimulava o desbravamento de novas terras cultiváveis, que o crescimento da população e as necessidades cada vez maiores do Estado tornavam imprescindível. A administração imperial precisou tomar uma série de medidas que, estimulando o arroteamento de novas terras, contribuíam em última análise, para a desagregação do sistema. Assim, em 723 saiu a famosa lei *Sanze-issin* (*uma vida em três gerações*) que concedia aos desbravadores de novas terras sua posse por três gerações sucessivas (filhos, netos e bisnetos). Mostrando-se essa medida ainda insuficiente, em 743 uma nova lei passou a admitir pura e simplesmente a propriedade privada de qualquer terra recém-desbravada. O efeito de tais leis não foi tanto o de transformar os cultivadores da terra pública em proprietários, já que os mesmos não dispunham dos recursos técnicos necessários para o desbravamento de terras incultas, mas sim o de contribuir para aumentar a extensão das propriedades já exis-

(8). — XI p. 230.

tentes nas mãos dos nobres e dos templos. Dessa forma é que se constituíram os grandes domínios privados ou *shôen*, de que trataremos mais adiante.

Na esfera política, também vemos que o ideal do poder absoluto também esteve longe de ser plenamente realizado, uma vez que as grandes famílias nobres jamais deixaram de representar um importante papel no govêrno. A própria Reforma de Taika só se tornou possível graças à aliança da casa imperial com uma família rival dos Soga, os Nakatomi. Seu chefe, Nakatomi no Kamatari, em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados à Coroa, recebeu da mesma o sobrenome de Fujiwara, que daí em diante substituiu o de Nakatomi. Durante o século VIII, os Fujiwara estiveram presentes em uma série de intrigas e conflitos em que se digladiavam imperadores e príncipes de sangue. Os monges budistas também tentaram dominar a Corte e um dos mesmos, Dôkyô, chegou a tentar apossar-se do título de imperador, o que causou uma forte reação por parte dos Fujiwara e da família imperial. Durante o reinado do Imperador Kanmu, procedeu-se à construção de uma nova capital, Heian-Kyô (Kyôto), para libertar a Corte da influência dos monges dos grandes templos de Nara, proibidos de se transferirem para a nova sede do govêrno. Na nova capital a influência dos Fujiwara cresceu progressivamente até o ponto de dominarem completamente toda a administração, como veremos mais adiante.

Assim, vemos que de uma maneira geral, a tentativa de introduzir no Japão as instituições do continente não foi bem sucedida. A nobreza conseguiu conservar grande parte de suas tradições anteriores à Reforma de Taika, o que, somado à desagregação do regime da terra pública, facilitou a marcha para o feudalismo.

Durante o século IX e inícios do século X, não obstante os fatores enunciados acima, o despotismo imperial ainda conseguiu sobreviver, pelo menos na aparência. Durante as primeiras décadas que se seguiram à transferência da capital para Heian-Kyô em 794, o poder imperial conseguiu sobrepujar o dos Fujiwara e demais casas nobres e procurou-se reforçar a maior parte das instituições introduzidas pela Reforma de Taika e pela adoção da legislação de inspiração chinesa. Afastados da Corte os monges dos templos de Nara, a Coroa imperial prestigiou as novas ordens budistas de Tendai e Shingon, trazidas da China em inícios do século IX pelos monges Saichô e Kûkai, zelando porém, para que as mesmas não seguissem as pegadas de Dôkyô e outros intrigantes do período precedente. A administração imperial procurou controlar as autoridades provinciais e restaurar o

regime da terra pública, o que só conseguiu em parte. A distribuição de lotes de terra pública teve de ser abandonada a partir de 902 e a própria família imperial se viu obrigada a constituir domínios privados para garantir uma fonte de renda, dado o colapso total do sistema de cobrança de taxas da terra pública e a impossibilidade de taxar as propriedades privadas, que haviam alcançado da Coroa os privilégios da imunidade fiscal (*fuso*) e administrativa (*funyû*). O serviço militar obrigatório foi extinto por volta de 792, sendo substituído pela organização de contingentes de soldados profissionais, na capital e nas províncias. Três coleções de leis complementares ao *ritsurya* foram compostas, datando a última dos inícios do século X. O envio de embaixadas à China iniciado pelo Príncipe Shôtoku prosseguiu até 894, quando as relações oficiais com o continente foram suspensas e o entrou em uma fase de isolamento que se estendeu até fins do século XII. A redação de crônicas oficiais, tradição iniciada com o *Kojiki* e o *Nihon-gi* prosseguiu até 892, data da compilação do *Nihon Sandai jitsuroku* (*Verdadeiro Relato de Três Reinados do Japão*), a derradeira de uma série de seis crônicas iniciadas com o *Nihon-gi*, de nome *Rikkoku-shi* (*Seis Crônicas do País*).

Em termos de história econômica e política a história das primeiras fases do Período Heian (9) guarda uma continuidade com a do Período Nara (10): economicamente, temos, como vimos, a desagregação do sistema da terra pública e a implantação da propriedade privada da terra e politicamente o estabelecimento progressivo da preponderância da Família Fujiwara. Vamos analisar rapidamente a ascensão dos Fujiwara em termos de história política para depois nos determos mais longamente em seus fundamentos econômicos.

A preponderância dos Fujiwara na Corte japonêsa se firmou principalmente graças ao estabelecimento de laços de parentesco com a família imperial. Já antes do Período Nara, aproveitando-se do prestígio alcançado por sua atuação na Reforma de Taika, os Fujiwara deram o primeiro passo nesse sentido quando Fujiwara no Fubito (659-720) tornou sua filha esposa do Imperador Monmu (683-707), tendo nascido desse casamento o Imperador Shômu (701-756). É o primeiro exemplo da obtenção, por parte dos Fujiwara, da categoria de *gai-seki* (literalmente “parentesco exterior”, atributo dado às fa-

(9). — Os historiadores japoneses denominam de Heian a época que se estende desde a fundação de Kyôto (794) até a implantação do *Bakufu* de Kamakura (1185), que marca o início do período do mesmo nome, que se estende até 1333.

(10). — Dá-se o nome de período de Nara à época em que Nara foi capital do Japão (710-794).

mílias de onde saem as esposas imperiais), que mais tarde se tornou seu monopólio. Os filhos de Fubito se tornaram os ancestrais dos quatro ramos da família Fujiwara, *Hoku-ke* (Casa do Norte), *Nan-ke* (Casa do Sul), *Shiki-ke* (Casa do Cerimonial) e *Kyô-ke* (Casa da Capital). Desses quatro ramos foi o primeiro que conseguiu se impor politicamente, açambarcando os mais altos postos da hierarquia governamental e monopolizando a situação de *gai-seki* durante a maior parte do Período Heian.

Em primeiro lugar, os Fujiwara trataram de afastar da Corte as famílias rivais. Os Tachibana, família poderosa dos primeiros tempos do Império já haviam entrado em decadência em meados do Período Nara. Restavam os Ôtomo e os Ki, que os Fujiwara conseguiram habilmente afastar da vida política aproveitando-se de uma tentativa de rebelião, o chamado “Incidente do Portão Ôten” (*Ôtenmon-no-hen*) ocorrido em 866. Ao mesmo tempo, não mediam esforços para alcançar os altos postos governamentais.

Significativo é o fato dos Fujiwara terem se aposado do cargo de *Sesshō* ou regente, anteriormente só acessível aos príncipes de sangue. O precedente foi aberto por Fujiwara no Yoshifusa (804-872) que, valendo-se de sua situação de *gai-seki*, tornou-se, a partir de 858, regente durante a menoridade do Imperador Seiwa (850-880). Durante o reinado dos imperadores Uda e Daigo, nos fins do século IX, a família imperial tentou reagir ao predomínio dos Fujiwara promovendo o prestígio de um elemento estranho à mesma, Sugawara no Michizane (845-903), oriundo de uma família de letrados confucionistas sem grande projeção na corte. Em 901, porém, os Fujiwara, sob a liderança de Fujiwara no Tokihira (871-909), conseguiram afastá-lo dos altos postos que ocupava e confiná-lo na ilha de Kyu-shu. Durante o século X os Fujiwara se firmaram definitivamente na Corte, sendo significativo o fato de que, seguindo um precedente aberto por Fujiwara no Mototsune (836-891), os regentes continuaram a exercer o poder político mesmo depois de atingida a maioridade dos imperadores que tutelavam, adotando para esse fim o novo título de *Kampaku*. O poderio dos Fujiwara atingiu o ponto máximo na época do *Kampaku* Fujiwara no Michinaga (966-1027) e de seu filho Yorimichi (992-1074). Durante a velhice deste último começou a se esboçar por parte da Coroa uma reação contra o predomínio dos Fujiwara que culminou, posteriormente, com o estabelecimento do *insei* — govêrno dos “imperadores enclausurados” — de que falaremos mais adiante.

As bases econômicas do poder dos Fujiwara estavam nos inúmeros *shōen* ou grandes domínios controlados pela mesma. O *shōen*,

principal forma de propriedade rural nos fins da Antiguidade japonesa e nos primeiros tempos do feudalismo, já foi comparado por certos autores aos grandes domínios do Baixo Império Romano e do reino carolíngio (11). Originaram-se das propriedades que os nobres e templos conseguiram conservar após a Reforma de Taika e cresceram graças à derrocada do sistema da terra pública e ao fato de inúmeros camponeses fugidos de seus lotes neles encontrarem guarida. A princípio as propriedades privadas também estavam sujeitas ao pagamento de taxas, mas como vimos acima, conseguiram uma série de imunidades. Os proprietários dos *shôen* na maior parte dos casos residiam em Kyoto e encarregavam administradores do controle dos mesmos. Nos séculos X e XI, muitos camponeses, residentes nos *shôen* ou no que restava da terra pública, conseguiram atingir a situação de virtuais proprietários das pequenas extensões de terras que cultivavam. A esses pequenos proprietários se dava o nome de *myôshû*, ao passo que a terra que ocupavam recebia o nome de *myôden*. Um *shôen* passou a ser constituído na realidade por um conjunto de *myôden* cujos *myôshu* entregavam parte de sua produção a título de taxa para os senhores do domínio. Os *myôshu* transformaram-se, com o passar do tempo, em uma verdadeira elite rural que se tornou o principal fator de transição para a sociedade feudal. As taxas, que teoricamente recaíam sobre os *myôshu*, passaram na realidade a pesar nos ombros dos *sakunin*, cultivadores de baixa condição sujeitos aos primeiros. Muitas famílias notáveis das províncias procuravam ampliar a extensão de suas propriedades, chocando-se muitas vezes com as autoridades provinciais nomeadas pela Coroa que frequentemente invadiam as terras e arrebatavam à força o produto das mesmas, sob o pretexto de que se tratava de terras públicas devedoras de taxas. Para escapar a essas ameaças, os proprietários locais recorriam à doação de suas terras a algum poderoso nobre de Kyoto, via de regra um Fujiwara, o que dava às mesmas estatuto de *shôen*, com as respectivas imunidades. O antigo proprietário continuava à testa de suas terras, agora como administrador, entregando parte da produção da mesma ao senhor a quem fizera a doação. O crescimento desordenado dos *shôen* enfraqueceu o poder do Estado, que por quatro vezes, em 902, 984, 1045 e 1055 emitiu decretos no sentido de tentar deter a expansão dos mesmos, o que não foi conseguido, uma vez que os principais proprietários, os Fujiwara, enfeixavam em suas mãos os postos-chave da administração, como os cargos de *Dajô-Daijin* (Grande Ministro), *U-Daijin* (Ministro da Direita) e *Sa-Daijin* (Ministro da Esquerda).

(11). — LXVII p. 37.

Não obstante seu poder repousar sobre a produção dos *shôen*, os aristocratas não se interessavam diretamente pela administração dos mesmos, confiando-a a funcionários subalternos. Os nobres de alta categoria residiam em Kyoto, dividindo seu tempo entre intrigas políticas, aventuras amorosas e cerimônias mágico-religiosas. Não é de se espantar, pois, que o período de domínio dos Fujiwara tenha se caracterizado pela maior anarquia. Significativo é o fato de que, duas rebeliões eclodidas no século X em províncias distantes da Capital, a de Taira no Masakado (940) no Japão Leste e a de Fujiwara no Sumitomo, na região do Mar Interior de Seto, no Japão Oeste, foram sufocadas por notáveis locais que proclamaram sua fidelidade à Coroa e não por enviados especiais mandados por ela. A única preocupação da nobreza no tocante às províncias era a arrecadação das taxas que lhe permitiam levar uma vida luxuosa. Por volta de 1019, um grupo da população nômade dos Jurchen, oriundos da Sibéria, via Coréia, atacou o noret da ilha de Kyu-Shu, sendo repellido pelos elementos da região. Fujiwara no Michinaga se manteve indiferente e o fato nem sequer foi mencionado nas crônicas palacianas redigidas na época. As províncias eram administradas por governadores nomeados pela Coroa, conforme o determinado pelos códigos *ritsuryô*, mas na época do predomínio dos Fujiwara os membros da família imperial e os elementos da alta aristocracia faziam de certas províncias *Chigyô-koku*, isto é, tornavam-nas sujeitas a um regime especial pelo qual parte das rendas das mesmas revertia para quem obtinha tal privilégio. Os detentores de *Chigyô-koku* conseguiam a nomeação de seus apaniguados para o cargo de governadores dessas províncias, explorando ao máximo a situação. A corrupção se tornou tamanha que foi registrado o caso de nomeação de governadores-fantasmas para certas províncias. Os governadores, conhecidos pelo nome de *zuryô*, eram oriundos da média e da pequena aristocracia e na maior parte dos casos tratavam de fazer de seu cargo um caminho para o enriquecimento fácil, explorando impiedosamente a população das províncias para onde eram designados. Seus subalternos entravam frequentemente em choque com os proprietários locais ou com funcionários dos *shôen*, conflitos esses que levavam muitas vezes à doação das terras acima descrita. Não obstante tal situação caótica, a partir do século X a posição dos *myôshû* foi se tornando cada vez mais sólida, tendo os mesmos sob seu controle a massa camponesa submetida a um regime que lembra o da servidão da Idade Média Ocidental.

Todos esses fatores sócio-econômicos devem ser levados em conta ao estudarmos o processo de formação da nova classe militar dos *bushi*, *buke* ou *samurai*. Os frequentes conflitos entre proprietários e funcionários da Coroa e a situação anárquica propícia à proliferação

de salteadores e piratas levavam muitos *myôshû* e funcionários administrativos dos *shôen* a se armarem para a defesa e a transformarem os cultivadores sob seu controle em *rôdô* ou homens de armas. Os laços de parentesco eram um importante fator de consolidação de tais grupos de homens armados, cujos chefes foram se tornando senhores de territórios cada vez maiores. Muitos pequenos funcionários a serviço dos governadores provinciais também seguiam o mesmo caminho. Pequenos e médios aristocratas cujos projetos de ascensão na Corte eram bloqueados pelos Fujiwara também preferiam às vezes ir para as províncias e se tornarem capitães de bandos armados. Um caso quase idêntico era o de certos príncipes de sangue sem a possibilidade de terem acesso ao trono e que se tornavam cabeças de uma nova família de aristocratas que, sem chances de sucesso na Capital, procuravam fazer a vida nas províncias. Assim surgiram as duas principais famílias de militares, os Taira ou Heike e os Minamoto ou Genji. A primeira, descendente do Príncipe Takamochi, que em 889 recebeu o nome de Taira, dominou primeiramente no Japão Leste, transferindo-se depois para as províncias do Oeste, passando o Leste a ser controlado pelos Minamoto, cujo primeiro chefe, Minamoto no Mitsunaka (912-997), também descendia de príncipes de sangue. No século XI, muitos *myôshû* e chefes de bandos armados foram arregimentados sob o comando das famílias Taira e Minamoto, cujas cabeças receberam o título de *tôryô* ou líder dos guerreiros. Na segunda metade do século XI os Minamoto consolidaram seu domínio no Japão Leste, aniquilando seus rivais, as famílias Abe e Kiyohara. O chefe Minamoto no Yoshie (1041-1106) passou a receber doações de terra, tornando-se protetor de grande número de proprietários. O poder dos Taira se no Oeste se consolidou de maneira semelhante.

O recurso à força e a formação de bandos armados caracterizaram também as comunidades religiosas. Os grandes templos budistas como Kôfukuji de Nara e o Enryakuji, próximo a Kyoto, criaram a partir da 2a. metade do século X, milícias de monges-guerreiros ou *sôhei*, para sufocar levantes camponeses em seus domínios ou para enfrentar as autoridades provinciais nos frequentes conflitos pelo controle das terras. Tornavam-se comuns os choques armados entre os diversos templos. A influência política dos monges tendeu a aumentar e não raras vezes os *sôhei*, portando símbolos religiosos que os preservavam de uma reação armada pelo supersticioso temor que inspiravam, invadiam a Capital para exigir favores da Corte, entregando-se então à toda sorte de tropelias.

Além do surgimento da classe dos guerreiros e de seu crescente poder econômico, outros fatores no século XI vieram solapar o domí-

nio dos Fujiwara. Várias filhas de chefes Fujiwara se tornaram esposas de imperadores mas não deram à luz a varões que pudessem herdar o trono. Em 1068 subiu ao trono o imperador Gosanjo, que não tinha laços de parentesco com os Fujiwara. Muitos *zuryô* e outros elementos contrários ao monopólio do poder pelos Fujiwara cerraram fileiras em torno desse imperador, planejando a regulamentação dos *shôen*. Entretanto, o protocolo da Corte e os inúmeros laços que ligavam o imperador aos altos dignatários — todos Fujiwara — dificultavam tal empresa. Assim, o imperador seguinte, Shirakawa (1053-1129), após 13 anos de reinado, resolveu abdicar e retirar-se para um palácio à parte, onde montou uma nova máquina administrativa, réplica da burocracia imperial, aproveitando os *zuryô* e outros elementos hostis aos Fujiwara. Assim teve início a curiosa instituição do *In-sei* ou governo dos *In* (imperadores abdicados).

A instalação do *In-sei* criou a paradoxal situação de dois governos rivais administrando simultâneamente o mesmo país: de um lado o imperador e os Fujiwara, do outro o *In* e seus partidários. A administração do *In* não diferiu porém da exercida por seus rivais. A anunciada regulamentação dos *shôen* consistiu simplesmente em arrebatar o maior número de *shôen* e *Chigyô-koku* do partido contrário, para que o *In* e seus partidários pudessem rivalizar com os Fujiwara em riqueza e luxo.

Os sucessores de Shirakawa, Toba, Sutoku e Goshirakawa seguiram seu exemplo, tornando-se *In*. Os conflitos entre os diversos grupos foram se agravando e a situação tornou-se cada vez mais confusa. Seguindo o exemplo dos Fujiwara, que desde a época do auge de seu poder empregavam os Minamoto e seus guerreiros a seu serviço, o *In* Shirakawa havia formado uma guarda especial (*Hokumen no Bushi*) com elementos da família Taira. O poder dos *sôhei* aumentava. Os Taira e os Minamoto a princípio combatiam em prol de seus senhores aristocratas mas logo tomaram consciência de sua força e passaram a lutar pelos seus próprios interesses.

Em 1156, os partidários do *In* Toba e de seu filho o imperador Goshirakawa entraram em conflito com o grupo do *In* Sutoku. A esse choque de interesses somou-se a rivalidade do *Kampaku* Fujiwara Tadamichi e seu irmão mais novo, o *Sa-Daijin* Yorinaga. Morrendo o *In* Toba, o partido do *In* Sutoku, a que se juntou Yorinaga convocou os chefes guerreiros Taira no Tadamasa, Minamoto no Tameyoshi e seu filho Tametomo para atacar o imperador e o *Kampaku*. Estes por sua vez recorreram a Minamoto no Yoshitomo, também filho de Tameyoshi e ao futuro autocrata Taira no Kiyomori (1118-1181).

Foi a famosa Revolta de Hôgem, que terminou com a vitória do partido imperial, o confinamento do *In* Sutoku na província de Sanuki na ilha de Shikoku, a morte de Yorinaga em combate e a execução de Tameyoshi e Tadamasa pela mão de seus próprios parentes.

Mais do que uma vitória do partido imperial sobre o do *In*, a Revolta de Hôgen representou o primeiro passo para o estabelecimento da supremacia efetiva da nova classe guerreira sobre a velha aristocracia. Kiyomori, apoiado pelo novo imperador Nijo e por Goshirakawa, agora *In*, aumentou rapidamente seu poder, ganhando o descontentamento de Yoshitomo que, em 1159, aproveitando-se da ausência de Kiyomori que deixava Kyoto para fazer uma peregrinação, tentou dar um golpe de estado, aprisionando o imperador e o *In*. A pronta reação de Kiyomori fez com que Yoshitomo e seus partidários fossem destroçados. Foi a Revolta de Heiji, que assegurou a supremacia dos Taira na política japonesa. Yoshitomo, tentando fugir para a região Leste, foi morto e seus filhos pequenos confinados em províncias distantes. Oito anos depois Kiyomori recebeu o cargo de *Dajo-Daijin* e todos os seus familiares obtiveram altos postos. Assim, os Taira se tornaram os substitutos dos Fujiwara na Corte. A primeira medida de Kiyomori ao se tornar *Dajo-Daijin* foi se assegurar a posição de *gai-seki*, promovendo a elevação ao trono do filho da irmã de sua esposa com o *In* Goshirakawa (Imperador Takakura) e casando sua filha com ele. As bases econômicas de seu poderio estavam em cerca de 500 *shôen* espalhados pelo Japão Ocidental e em mais de 30 *Chigyô-koku* que ele e seus familiares obtiveram como altos dignatários da Corte.

O domínio dos Taira representou um período de transição entre a preponderância da aristocracia e o estabelecimento do primeiro governo feudal ou *bakufu* pela classe guerreira. A administração de Kiyomori se caracterizou pela nomeação de notáveis provinciais como governadores de *Chigyô-kôku* e pela colocação em certos *shôen* pertencentes à nobreza de guerreiros fiéis aos Taira, na qualidade de *jitô* ou delegados responsáveis pela gerência desses domínios, com direito a parte da renda dos mesmos. Além disso, Kiyomori incrementou o comércio com a China, que a família Taira iniciara tempos atrás tendo por base a ilha de Kyu-shu. Para esse fim, reformou ele o pôrto de Wada-no Tomari, próximo à atual cidade de Kobe, para que os navios chineses nele pudessem aportar.

Em outros aspectos, porém, os Taira mostraram-se conservadores. Ao invés de criar novas instituições, mantiveram-se fiéis às estruturas aristocráticas, enfeixando nas mãos todos os privilégios e todas as riquezas possíveis, o que generalizou o descontentamento entre os remanescentes dos Minamoto e demais famílias guerreiras, sem falar

do *In Goshirakawa*, da família imperial, da aristocracia e dos grandes templos como o Kofukuji e o Enryakuji. Em 1177 os Taira descobriram uma conspiração de monges e aristocratas, predendo todos os responsáveis. Dois anos depois Goshirakawa tentou reagir contra Kiyomori e acabou aprisionado no palácio.

Em 1180, um remanescente dos Minamoto, Yorimasa, recorreu a um príncipe de sangue, Mochihito, filho de Goshirakawa, para que expedisse aos Minamoto dispersos pelas províncias uma ordem de um levante geral contra os Taira. Aliando-se aos monges de Nara e Yyoto, levantou-se em armas, mas foi facilmente vencido por Kyomori. Este planejou transferir a capital de Kyoto para Fukuhara, no litoral, para onde se mudou com seus familiares e com o imperador Antoku, seu neto, de apenas três anos de idade. Pela mesma época, Yoritomo (1147-1199), um dos filhos de Yoshitomo, confinado na península de Izu no Japão leste desde a época da Revolta de Heiji, levantou-se em armas contra os Taira auxiliado por seu sogro Hojo Tokimasa. Derrotado numa primeira batalha em Ishibashiyama, recebeu o apóio de muitos chefes de bandos armados e conseguiu vencer um grande exército Taira nas margens do rio Fuji. Após a vitória, instalou seu quartel-general em Kamakura, à beira mar, onde recebeu a submissão de muitos *bushi* do Japão leste, pequenos ou grandes proprietários, que se tornavam seus *gokenin* ou vassallos, controlados por um órgão especial denominado *samurai-dokoro*. Esses *gokenin* lideravam grupos grandes ou pequenos de homens armados, formados por seus familiares e dependentes. Muitos, como os Chiba e os Miura eram grandes proprietários, ao passo que outros eram *myōshū* que controlavam apenas pequenas extensões de terra. Deviam acorrer ao chamado do *Kamamura-dono* (“Senhor de Kamakura”, epíteto aplicado a Yoritomo) para lutar sob suas ordens e em troca recebiam do mesmo benefícios (*go-on*): garantia da posse de suas terras e eventuais recompensas em propriedades ou em cargos, quando se distinguissem no campo de batalha.

Kiyomori voltou a Kyoto e tentou reorganizar as forças dos Taira e recuperar o domínio da situação. Ordenou a destruição dos templos Kofukuji e Todaiji, em Nara, mas Yoshinaka, um primo de Yoritomo que vivia em Shinano, no Japão Centro-Leste, revoltara-se também contra os Taira e marchava sobre Kyoto. Por todo o país estalavam levantes armados, muitas vezes sem qualquer ligação com os Minamoto. Tais agitações eram mais do que um conflito entre Taira e Minamoto, representavam um movimento geral dos *bushi* no sentido de invadirem os *shōen* e terras da Coroa, para aniquilar o que restava da velha ordem aristocrática herdada pelos Taira e estabelecer um novo sistema por eles liderado.

Em 1182, Kiyomori morreu doente, o que representou uma grave perda para os Taira. No ano seguinte Yoshinaka invadiu Kyoto e os Taira fugiram para o Oeste, levando consigo o imperador Antoku. Em Kyoto, outro imperador, Gotoba, subiu ao trono. O *In Goshirakawa* provocou a inimizade entre Yoritomo e Yoshinaka, tentando se aproveitar da situação, mas o que ocorreu foi que Yoritomo, preferindo permanecer em Kamakura para consolidar seu poder, enviou para o Oeste tropas chefiadas por seus irmãos Noriyori e Yoshitsune para bater Yoshinaka e os Taira. Em 1184 criou Yoritomo em Kamakura um órgão de nome *Kumon-jo*, mais tarde *mandokoro*, destinado a administrar as finanças e a controlar os documentos relativos à posse de terras e a arrecadação de taxas, além de um tribunal de nome *monchu-jo*, destinado a julgar as pendências dos *gokenin* relativas à posse das terras.

Em 1185 as tropas de Yoshitsune destroçaram Yoshinaka e se lançaram em perseguição aos Taira, que ao cabo de sucessivas derrotas, foram totalmente aniquilados em Dan-no-ura, na extremidade ocidental da ilha Honshû. O imperador Antoku lançou-se ao mar com dois símbolos sagrados da casa imperial japonesa, a espada *Kusanagi-no-Tsurugi* e a jóia *Yasaka-no-Magatama*, sendo que a espada não foi jamais encontrada, o que representou para os teóricos posteriores um sinal da decadência do poder imperial.

Após a vitória, surgiram divergências entre Yoritomo e Yoshitsune, estimuladas pelo *In Goshirakawa* que mais uma vez tentava tirar partido da situação. Yoshitsune, censurado por Yoritomo por ter recebido cargos da Corte imperial em recompensa pelas vitórias, contrariando suas ordens, recebeu de Goshirakawa ordem de combater Yoritomo. Ninguém, porém, se pôs a seu lado e ele teve de fugir para o norte e buscar refúgio entre seus amigos, os Fujiwara, senhores de Hiraizumi, que não devem ser confundidos com a família dominante na Corte. Yoritomo enviou a Kyoto seu sogro Hojo Tokimasa, que censurou o *In* por sua atitude dúbia e o obrigou a expedir uma ordem de prisão contra Yoshitsune. Sob o pretexto de perseguir e capturar o irmão rebelde, Yoritomo fez o *In* conceder-lhe o direito de nomear funcionários denominados *shugo* e *jitô*. Os primeiros, uma para cada província, eram encarregados de reprimir os revoltosos e assassinos e de controlar os *gokenin* da região. Só guerreiros que gozavam da absoluta confiança de Yoritomo foram nomeados para esse cargo. Os *jitô*, originariamente funcionários administrativos dos *shôen* tornaram-se por iniciativa de Yoritomo delegados encarregados das atividades policiais e de fiscalizar a arrecadação de taxas, quer nos *shôen* quer nos domínios da Coroa. Além disso, Yoritomo conseguiu em

Kyôto que um simpatizante da causa dos guerreiros, Kujo Kanezane (1149-1207), ascendesse ao cargo de *sesshō*. Em 1191 obteve da Corte o cargo de *Sei-i-Taishōgun* (General em chefe contra os bárbaros), *Shōgun* na forma abreviada, título que a partir dessa época passou a ser usado por todos os chefes do *Bakufu* ou govêrno militar.

Nos primeiros tempos havia um equilíbrio de poderes entre o *Baku'u* instalado em Kamakura e a Corte de Kyoto. Só pouco a pouco o domínio do *Bakufu* foi consolidado em todo o país. Em 1189, Yoshitsune e seus partidários, os Fujiwara de Hiraizumi foram liquidados, o que encerrou um período de dez anos de guerra contínuas. O regime instalado por Yoritomo diferia da dominação anterior dos Taira pelo fato de haver uma máquina administrativa que controlava diretamente as massas produtoras e pela arregimentação dos proprietários que dispunham de força militar no sistema de *gokenin*. Contrariamente aos Taira, que pilharam sistematicamente o país, colocando a maior parte das terras sob o controle de membros da família, o que causou indignação e revolta geral, Yoritomo não só garantiu a posse de suas terras a todos que a ele se submetiam, como também distribuiu propriedades e títulos aos que se distinguiam nos campos de batalha, além de ter criado um tribunal cuja principal função era regular pendências relativas à posse de terras. Assim, Yoritomo pôde contar com a lealdade da maior parte dos *gokenin*. Entretanto, não se sentia suficientemente forte para desafiar abertamente o poderio da Coroa imperial e da aristocracia, daí o fato de ter ele tido todo o cuidado de obter a aprovação do *In* para as medidas que tomou quer na guerra quer na paz e de ter feito do *Bakufu* um govêrno que, se bem que independente da Coroa e das instituições aristocráticas, não se opunha às mesmas e em última análise era escudado por seu prestígio, uma vez que o cargo de *shōgun* dependia de nomeação imperial.

Após a morte de Yoritomo, estalaram rivalidades e conflitos entre os principais *gokenin*, dos quais Hojo Tokimasa se aproveitou habilmente. Ambos os sucessores de Yoritomo, Yoriie (1182-1204) e Sanetomo (1192-1219) foram assassinados, o que extinguiu a linhagem dos *shoguns* Minamoto, passando o controle do *Bakufu* à família Hojo, cujos líderes governaram sob o título de *Shikken* ou regente até o fim do *Bakufu* de Kamakura em 1333, tendo o cuidado de nomear *shōguns* títeres escolhidos entre a aristocracia e os príncipes de sangue. Em 1221 a Coroa e a aristocracia, arregimentando suas forças em torno do *In* Gotoba, tentaram eliminar o *Bakufu* e declararam guerra ao *Shikken* Hōjō Yasutoki (1183-1242). Foi a chamada Revolta de Jōkyū; que terminou com a derrota total do partido aristocrata, o confinamento do *In* numa ilha remota e a instalação em Kyoto de uma guarda especial sob o comando de um funcionário militar, o *Rokuhara-*

-*tandai*, encarregado de fiscalizar os movimentos da Corte. Muitas terras pertencentes a aristocratas e a monges foram confiscadas pelo *Bakufu* e o regime dos *jitô* foi definitivamente consolidado. A partir dessa época os *jitô* tiveram direito a ocupar para seu uso uma parcela do *shôen* que fiscalizavam, parcela essa isenta de quaisquer taxas.

O domínio dos *samurais* se consolidou ainda mais com a promulgação, em 1232, de um novo código destinado a atender os interesses dos mesmos, o Código Jôei (*Jôei Shikimoku* ou *Goseibai Shikimoku*). Contrariamente aos antigos códigos *ritsuryô*, redigidos em chinês clássico, a nova lei era escrita em japonês, numa linguagem acessível aos *samurais*, em sua maioria semi-iletrados. Composto de 51 artigos, principiava recomendando a reforma dos templos e santuários, o respeito aos deuses nacionais e as divindades búdicas e a assiduidade ao culto. Seguiam-se disposições relativas aos direitos e deveres dos *gokenin*, dos *shugo* e dos *jitô*, bem como aos detalhes da administração. Os *jitô* e *shugô* eram advertidos no sentido de não abusarem de seus poderes junto aos proprietários dos *shôen* e dos funcionários da Coroa, coisa que se tornara frequente desde a Revolta de Jôkyû.

Significativo é o fato dos Minamoto e dos Hôjo, ao invés de se instalarem em Kyoto, como os Taira, terem permanecido na distante Kamakura. Isso foi bastante vantajoso para o *Bakufu*, não só porque o tornou mais tolerável à Corte e à aristocracia, por sua distância, mas também porque o colocou ao abrigo dos conflitos e intrigas da vida palaciana e das tentações de uma vida luxuosa e fútil. Em Kamakura os *samurais* puderam permanecer fiéis a seus princípios de simplicidade e frugalidade na vida cotidiana e entregues ao contínuo adestramento nas artes militares. As características econômicas e sociais do Japão Leste também foram favoráveis à consolidação do *Bakufu*.

Contrariamente às regiões do Japão Centro-Oeste, próximas à sede do poder político, o Japão Leste, de ocupação mais recente, era ainda uma região pobre e sub-desenvolvida. No Centro-Oeste, a antiguidade da exploração da terra e a complexidade do desenvolvimento sócio-econômico fazia que as propriedades não fossem compactas, mas sim formadas de pequenas porções intercaladas entre terras públicas ou de outros proprietários. Assim, os *myôden* de um mesmo *shôen* não só eram bastante pequenos mas distantes entre si. Isso acarretava uma enorme complexidade nas relações de produção, sendo frequente o caso de camponeses vizinhos estarem sujeitos aos mais diversos regimes de trabalho e pagamento de taxas. O enfraquecimento da aristocracia e sua progressiva diminuição do controle sobre os *shôen* permitiu que dessas propriedades fragmentadas pouco a pouco surgisse uma classe de pequenos e médios proprietários, muitos dos quais, nos séculos XIII e XIV passaram a se aplicar ao comércio e ao artesanato.

Já no Leste, como no Nordeste, as propriedades eram estensas e compactas e seus senhores gozavam de uma independência muito maior em relação à Corte. Com a implantação do *Bakufu* de *Kamakura*, os camponeses dessa região permaneceram muito mais fortemente dominados pelos *gokenin* e pelos *jitô* e grandes *myôshû*, sendo o crescimento de uma classe de pequenos e médios proprietários muito mais lento e penoso do que nas demais regiões. Ao contrário do que acontecia no Centro-Oeste, os próprios proprietários dirigiam a exploração de suas terras. A unidade de exploração da terra era o *zaike*, conjunto formado pela mansão muitas vezes fortificada do proprietário, pelas terras cultiváveis e pelos servos presos à mesma. No Centro-Oeste, a fragmentação das propriedades favorecia o desenvolvimento do comércio, ao passo que no Leste os *shôen* conseguiram se manter por muito mais tempo auto-suficientes. No Leste, os senhores formavam um grupo bastante unido, contrariamente aos camponeses que, submetidos a um controle rigoroso, não podiam se unir para opor uma resistência eficaz aos frequentes abusos de autoridade dos *jitô* e demais membros da classe dominante. Na maior parte dos casos a única reação possível aos camponeses era a fuga (12).

O estudo das contradições internas do regime de *Kamakura* e dos outros fatores responsáveis pela sua dissolução não cabe aqui, uma vez que nosso objetivo é apenas mostrar o *back-ground* histórico da formação do Amidismo até a época da atuação de *Shinran*, em meados do século XIII. Rematando este breve retrospecto histórico cumpre notar que o processo de formação do Amidismo japonês, que será estudado no próximo capítulo, coincide com o da formação da sociedade feudal, que *Shô Ishimoda* (13), *Shimpachiro Matsumoto* (14), *Kiyoshi Inoue* (15) e outros historiadores admitem ter se iniciado no século X, época do primeiro grande autor amidista no Japão, *Genshin* (942-1017). Realmente, é nesse século e nos fins do anterior que vemos a eclosão de uma série de fatores que atestam o início do processo de desagregação do despotismo japonês, a saber: a consolidação do poder dos *Fujiwara* e do regime dos *shôen*, a anarquia nas províncias atestada pelas revoltas de *Masakado* e *Sumitomo* e outros eventos responsáveis por um clima de inquietação e desespero que predomina até o século XIII, propício à difusão de idéias de rejeição do mundo como as encontradas no Amidismo e de uma visão pessimista da História. Isto é válido não só para o caso da família imperial, que

(12). — *CLXV* p. 9-131, *LXXVI* p. 2-14.

(13). — *LXXV* p. 13-100, 321-322.

(14). — *LXXVII* p. 111, 115.

(15). — *LXVI* 1^o v. p. 137-138.

vê o poder fugir progressivamente de suas mãos e para o caso da pequena e da média nobreza, que vê cerceadas pelos Fujiwara suas possibilidades de ascensão na Corte, como também pelos próprios Fujiwara, cujo poder, bastante precário, repousava em última análise na preservação dos laços de parentesco com a Coroa. A instalação do *Insei* e a explosão da violência a partir das Revoltas de Hôgen e Heiji ainda mais acentuaram tais sentimentos. Após vários séculos de paz, pelo menos na Capital onde a pena de morte, prevista nos códigos *ritsuryô*, nunca fora aplicada desde a época da fundação de Kyoto, tornaram-se parte do dia-a-dia os choques armados e a exibição das cabeças cortada aos chefes vencidos. As guerras impediam o livre trânsito dos víveres e Kyoto se via assolada pela fome e pelo banditismo, sem contar as tragédias inevitáveis dos incêndios, que sempre eram de vastas proporções, graças à fácil propagação do fogo nas construções de madeira que caracterizam a arquitetura japonesa, dos terremotos e dos tufões.

Mas teria sido o período que vai do século X ao XIII realmente uma época de decadência? Se encararmos a História exclusivamente do ponto de vista da ordem antiga, representada pela Corte e pela aristocracia, somos tentados a pensar que sim. Se analisarmos porém, o processo do ponto de vista da sociedade japonesa tomada como um todo, veremos, que pelo contrário, foi uma época de progresso. Se Kyoto e o modo de vida a ela associado entrou em decadência, nas províncias a produção agrícola e a artesanal tendeu a aumentar, assegurada pelo surgimento de novas técnicas, novos centros urbanos como Kamakura começaram a florescer, as estradas se animaram, surgiram feiras e mercados, as relações comerciais com a Chin se intensificaram, a economia monetária começou a se impor com a importação de moedas chinesas (16).

b). — *A vida cultural e religiosa.*

Segundo o etnólogo Masao Oka a cultura japonesa se caracteriza por ser bastante receptiva e assimilar facilmente novos elementos, o que a torna extremamente complexa, sem que ela deixe, porém, de se mostrar tradicionalista e conservadora. A situação geográfica do Japão explicaria em grande parte tais peculiaridades, uma vez que o arquipélago nipônico, estendendo-se na direção Norte-Sul ao longo da costa oriental do continente asiático está ao mesmo tempo próximo das regiões sub-árticas da Ásia Setentrional e das áreas sub-tropicais do Sudeste Asiático. Isso fez com que, desde os mais recuados tempos

(16). — LXXIV p. 365-367, LXXV p. 572-594, LXVI 1º v. p. 142-148.

da pré-história, inúmeros elementos provenientes de um grande número de culturas e tradições tivesse penetrado no arquipélago, vindas do Norte, do Sul e do Oeste. Assim, mesmo antes da penetração em massa de elementos complexos como a escrita, a filosofia chinesa e o Budismo, no início dos tempos históricos, a cultura japonesa já era um amálgama resultante da fusão de elementos provenientes da Mandchúria, da Sibéria, da Coreia, da China, da Indochina, da Malásia, da Indonésia, da Melanésia e da Polinésia. O fato de ter se desenvolvido no Japão uma civilização essencialmente agrícola em que predomina o cultivo dos arrozais, teria favorecido a formação de uma mentalidade conservadora, típica das sociedades camponesas, responsável pela continuidade de uma tradição cultural, não obstante a contínua introdução de novos elementos. A extrema complexidade da paisagem geográfica japonesa, que apresenta um grande número de paisagens diferentes favoreceu a formação de grupos mais ou menos fechados, ciosos de suas tradições, o que confere à cultura nipônica uma rica gama de variações regionais e a contínua possibilidade do surgimento de novas formas provenientes da combinação de elementos pré-existentes. Desta forma, a primitiva cultura japonesa se apresentava como uma combinação de tradições de parentesco matrilinear, animismo e culto dos ancestrais, própria da Ásia do Sudeste e das ilhas do Pacífico, com tradições partilineares, algumas provenientes da mesma área e outras da Ásia do Norte, associadas a crenças chamânicas (17).

No período que se estende do século V ao século VIII, o processo de absorção dos elementos culturais do continente não pôde ser desvinculado do progressivo fortalecimento do Estado. A escrita chinesa representou um importante veículo para a adoção das instituições despóticas do continente. O Budismo, introduzido no país em meados do século VI também representou um fator favorável à unificação do país, na medida em que, oferecendo um ideal aberto a todos os homens ajudava a aplinar as discrepâncias inerentes à religião bastante diversificada regionalmente que caracterizava o Japão pré-budista, já que tinha por principais características o culto de divindades regionais e dos ancestrais da grande família. Não é de se admirar, pois, que desde a época de sua introdução no Japão o Budismo fosse prestigiado pela família imperial e demais elementos interessados na unificação, ao passo que foi nos primeiros tempos hostilizado pelos elementos conservadores, refratários ao fortalecimento do poder imperial. Assim, o Budismo pouco a pouco se transformou numa verdadeira religião estatal e essa associação entre a religião e o poder político se constitui nu-

(17) . — LXXI p. 213-240.

ma das principais características da doutrina búdica no Japão durante a maior parte de sua história.

O Budismo japonês, na primeira fase de sua história, que se estende desde sua introdução no país até os fins do século VIII apresenta uma série de aspectos paradoxais. Desde o início, notamos uma grande preocupação pelo estudo aprofundado das várias correntes da doutrina, não só entre monges, mas também entre leigos entusiastas, como o Príncipe Regente Shôtoku, o que contrasta profundamente com a associação do Budismo com o pensamento mágico e com o culto dos antepassados. As divindades do panteão búdico eram vistas como potências dotadas de maiores poderes que as locais e acreditava-se que, caso fossem devidamente cultuadas, protegeriam o Estado de convulsões internas e inimigos externos, além de livrarem os indivíduos de doenças e outros males. Tanto a casa imperial como as grandes famílias nobres desde cedo associaram as práticas budistas ao culto dos ancestrais, sendo muitos templos construídos em memória dos antepassados de seus patronos, segundo uma tradição já vigente na China.

Com a Reforma de Taika e a adoção dos códigos *ritsuryô*, o Budismo passou a ser minuciosamente regulamentado pelo Estado. Os códigos compreendiam uma seção denominada *sôni-ryô* ou estatuto dos monges e das monjas, que controlava a vida dos religiosos. Estes passaram a ser uma categoria de funcionários estatais, só podendo ser ordenados se aprovados num exame organizado pelo Estado. Tal rigor se justificava pelo fato de que os religiosos eram isentos do pagamento de impostos e gozavam de privilégios especiais, o que tornava a condição de monge bastante atrativa para aqueles que, por um motivo ou outro, eram levados a tentar se furtarem às exigências do Estado. Os templos eram administrados pela Coroa e os monges deviam guardar o celibato e abster-se de bebidas espirituosas e de alimentos de origem animal, conforme a tradição que remontava à Índia, dedicando-se exclusivamente ao estudo da doutrina e à realização de cerimônias mágico-religiosas. Não obstante existir uma certa preocupação com obras sociais, obedecendo a uma tradição que remontava ao imperador indiano Açoka, o Budismo japonês da época era uma religião essencialmente aristocrática, estando os monges proibidos de pregar a doutrina à massa camponesa iletrada, cuja religião era um amálgama de elementos da religião primitiva com um ou outro aspecto do Budismo absorvido através do contato com imigrantes estrangeiros. Cedo, porém, tivemos o aparecimento de religiosos que não se enquadravam nas disposições estatais e que insistiam em difundir o Budismo entre o povo, favorecendo amplamente a sincretização do mesmo com a religião primitiva. Tais indivíduos eram olhados com desconfiança pelas autoridades, pelo fato de reunirem em torno de si grande número

de partidários de origem humilde, que eventualmente poderiam desencadear um movimento de oposição ao regime. Tal foi o caso, por exemplo, de En no Ozunu, personagem envolto nas brumas da lenda, que viveu no século VIII, ao qual se atribui a associação do Budismo com o culto primitivo das divindades das montanhas, que se desenvolveu posteriormente como um importante movimento da religiosidade popular japonesa, o chamado *Shugen-dô* (18). Tendo como centro de sua atividade os montes Katsuragi, próximos a Nara, teria ele atraído grande número de fiéis entre o povo, o que fez que, suspeito de rebelião, tivesse sido exilado para uma província distante. Mais afortunado foi Gyôgi, seu contemporâneo, que não obstante sua situação de monge do clero estatal, desenvolveu ampla atividade de assistência social e de pregação junto ao povo. Tal atitude valeu-lhe de início a desconfiança e a perseguição das autoridades, mas, consciente do grande prestígio de que ele gozava junto ao povo, a própria Coroa terminou por entrar em acordo com ele. Quando o Imperador Shômu (701-756) promoveu a construção do Tadaiji de Nara e dos templos provinciais, aproveitou-se habilmente do prestígio de Gyôgi entre as massas, encarregando-o de angariar donativos para as obras (19). Essa tradição de um Budismo popular não enquadrado nas disposições governamentais persistiu dentro da história religiosa do Japão e nela se enquadra uma das correntes do pensamento Amidista, como será mostrado no próximo capítulo.

Já vimos como intromissão dos monges na política foi um dos fatores que levaram a Corte a transferir a Capital de Nara para Kyoto. A proteção dispensada aos monges pelo Estado passou a recair principalmente sobre as novas escolas Tendai e Shingon, introduzidas a partir da China pelos monges Saichô (767-822) e Kûkai (774-835) respectivamente. As seis escolas em que se dividia o Budismo de Nara (Kusha, Jôjitsu, Sanron, Hôssô, Ritsu e Kegon) nada mais eram do que a transposição para o solo japonês de escolas chinesas especializadas no estudo de várias correntes do Budismo Hînayâna e Mahâyâna, sem nenhum esforço de adaptação às novas condições. Já as duas novas ordens, não obstante sua origem continental, mostraram-se muito mais flexíveis, não só pelo fato de tomarem feições diferentes das de sua pátria de origem, mas também pelo fato de estimularem o processo de sincretização do Budismo com os elementos da religião primitiva japonesa.

Assim, a Escola Tendai japonesa deriva do Tien-tai chinês, movimento baseado num dos principais textos do Mahâyâna, o Saddhar-

(18). — LXXII p. 33-36.

(19). — CXXIV p. 78-79.

mapundarikasûtra (O Sutra que prega a excelente lei pura como o Lótus Branco) e na dialética do filósofo indiano Nâgârjuna. Entretanto, o monge Saichô, responsável por sua introdução no Japão fez dela uma escola eclética que englobava elementos do Amidismo, do Budismo Zen e do Budismo Esotérico ou Vajrayâna. Fundou ele perto de Kyoto o mosteiro Enryakuji, no alto do Monte Hiei, que durante séculos, até sua destruição em fins do século XVI por Oda Nobunaga, foi o principal centro de educação budista no Japão. Saichô regulamentou o processo de formação de monges, instituindo um programa de estudos de 12 anos, podendo o estudante optar pelo currículo *Shikan-gô*, destinado ao aprendizado das doutrinas e técnicas de meditação da Escola Tendai propriamente dita ou pelo *Shana-gô*, dedicado exclusivamente às doutrinas e técnicas do Budismo Esotérico. O Amidismo de Genshin, Hônen e Shinran que estudaremos nos capítulos posteriores, assim como o Budismo Zen de Eisai e Dôgen tiveram sua origem no mosteiro Enryakuji.

Já a Escola Shingon de Kûkai representa a transposição para o Japão de um dos ramos do Vajrayâna que havia sido transmitido para a China pelos mestres indianos Vajrabodhi, Amoghavajra e Subhakarasinha. Assim como as outras formas do Vajrayâna como o Lamaísmo, a Escola Shingon atribui uma grande importância aos símbolos visuais, apresentados em pinturas, esculturas e estruturas arquitetônicas e símbolos sonoros, os chamados *mantras* e *dhâranis* constantemente recitados por seus fiéis como caminhos que levam o homem à perfeição. Kûkai não se contentou em transmitir a seu país as doutrinas aprendidas na China, tendo-se revelado um pensador original, autor dos primeiros trabalhos de religião comparada escrita no Japão, o *Sangô-Shûiki (Indicação das Três Doutrinas)*, onde compara o Budismo ao Confucionismo e Taoísmo, o *Hizô Hôyaku (A Chave Preciosa do Depósito do Tesouro)* e o *Jûjûshin-ron (Tratado das Dez Etapas do Espírito)* onde desenvolve os temas esboçados no primeiro trabalho e empreende um trabalho de classificação e comparação das várias correntes do Budismo. A Escola Shingon também produziu correntes amidistas, como veremos no próximo capítulo.

Tanto a Escola Tendai quanto a Shingon são responsáveis pela assimilação do Budismo com os cultos locais, através da elaboração da teoria do *honji-suijaku* (*honji* = verdadeira natureza; *suijaku* = manifestação como traço ou vestígio) ou *Shimbutsu-konkô* (identificação entre deuses — Kami, divindades nacionais e Budas) pela qual as figuras do panteão nativo foram consideradas manifestações em solo japonês das divindades da tradição budista. Tal assimilação de elementos estranhos pelo Budismo foi, aliás, um longo processo que se originou na Índia, onde muitas divindades bramânicas foram absor-

vidas e prosseguiu na China, onde elementos taoístas e confucionistas foram incorporados à doutrina (20). O chamado Xintoísmo pode ser considerado como o resultado da fusão entre a religião primitiva e elementos budistas, confucionistas e taoístas. Assim, o chamado *Sannô-ichijitsu-shintô* foi um movimento xintoísta baseado na fusão da Escola Tendai com os elementos locais, ao passo que o chamado *Ryôbu-shintô* foi inspirado pela Escola Tendai.

Até o século IX, excetuando-se a historiografia e a poesia nacional *waka*, a produção literária, como a religião, esteve dominada pelos modelos chineses. Não existindo ainda um sistema próprio para grafar a língua japonesa, todos os textos eram escritos usando-se os ideogramas chineses, quer tomando de alguns deles o valor fonético para grafar diretamente o idioma nipônico, quer escrevendo diretamente em chinês. Em inícios do século IX, porém, coincidindo com os esforços de Saichô, Kûkai e seus seguidores em adaptar a tradição budista continental à realidade japonesa, surgiram, da simplificação de certos ideogramas, dois silabários próprios para grafar a língua japonesa, o *hiragana* e o *katakana*, o que deu grande impulso à criação literária, que pouco a pouco foi se libertando dos modelos chineses. Paralelamente à poesia, a prosa de ficção e o gênero de ensaios tiveram grande impulso, principalmente entre as mulheres da Corte, cuja educação era bastante esmerada, dada a sua importância para a consolidação dos laços do parentesco *gai-seki* entre os Fujiwara e a família imperial. Daí o fato das mulheres dominarem a produção literária nos séculos X e XI, produzindo obras primas como o *Genji Monogatari* (*Romance do Genji*) e *Makura no Sôshi* (*Crônicas do Travesseiro*). Notável é o fato de que foram principalmente as mulheres que desenvolveram a literatura nacional escrita em *kana* ao passo que os homens de uma maneira geral permaneceram fiéis aos modelos chineses de composição literária, empregando exclusivamente os ideogramas do continente. Só após a interrupção das relações com a China é que vemos pouco a pouco os homens passarem a cultivar as formas literárias genuinamente japonesas. Em outros setores da atividade artística e cultural, como a arquitetura e a pintura, o isolamento em relação ao continente também favoreceu a formação de estilos originais, como o *yamato-e* ou pintura japonesa, oposta ao *kara-e*, a pintura moldada em estilo chinês, e o chamado *shinden-zukuri*, suntuoso estilo arquitetônico idealizado pelos aristocratas de Kyoto para suas mansões, compreendendo uma edificação principal, *omoya* ou *shinden*, ligada a pavilhões secundários por corredores, formando um conjunto que rodeava um jardim com um pequeno lago artificial no centro do qual se erguia uma ilha.

(20). — CXIV p. 1-3.

Kyoto, à semelhança de Nara, fora construída tomando-se por modelo a cidade de Chang-An, capital da China dos Tang. A principal diferença estava no fato de Kyoto, como aliás todas as cidades japonesas, não ser cercada de muralhas, como seu modelo continental, já que no arquipélago as preocupações com a defesa não eram tão grandes como na China, em que os centros urbanos estavam frequentemente expostos ao assalto e à pilhagem das hordas de nômades da estepe. A cidade, inserida num quadrilátero regular medindo 5.312 metros no sentido norte-sul por 4.570 metros no sentido leste-oeste, obedecia a um plano regular de ruas cruzando-se perpendicularmente, formando um tabuleiro de xadrez. Ao norte da cidade, um vasto quadrilátero cercado de muros formava o *Dai-Dairi*, conjunto de edificações que compreendia o palácio imperial — *Dairi* e os principais órgãos da administração. Seu principal portão, o *Suzaku-mon*, abria-se para o sul, dando início a uma grande avenida de mais ou menos 90 metros de largura, que dividia a cidade em dois grandes setores e terminava num grande portão que marcava a entrada sul da cidade, o *Rashô-mon*. A cidade era dividida em quarteirões delimitados por avenidas se cruzando em ângulo reto e cortadas por ruas mais estreitas formando blocos medindo cêrca de 109 metros cada lado. As grandes avenidas leste-oeste, em número de nove, eram numeradas a partir do limite norte: *Ichijô*, *Nijô*, *Sanjô*, *Shijô*, *Gojô*, *Rokujô*, *Shichijô*, *Hachijô* e *Kujô*. As avenidas norte-sul levavam nomes diversos, como Horikawa, Mibu, Nishinonotôin, etc. Teoricamente a cidade seria formada por dois setores iguais, separados pela avenida *Suzaku-mon* mas na prática ocorreu que o setor oriental se desenvolveu muito mais que o ocidental, em que raras eram as edificações, cercadas por arrozais e outras plantações. A inexistência de muralhas tornava, aliás, muito incertos os limites entre a zona rural e a urbana. Em ambos os setores da cidade se erguiam dois mercados onde se vendiam produtos alimentícios, tecidos, armas, gado, etc. Tanto pessoas de baixa condição quanto aristocratas eram vistos nos mesmos fazendo suas compras. No interior dos mesmos erguiam-se capelas utilizadas por pregadores populares, que se tornaram importantes centros de difusão da fé amidista, como veremos.

Construída numa bacia cercada de montanhas, Kyoto se caracteriza por uma grande variação climática: calor sufocante no verão e um frio bastante rigoroso no inverno. As construções, bastante arejadas, eram projetadas de maneira a aliviar seus moradores dos rigores do verão, o que por outro lado tornava a vida bastante penosa no inverno, dada a inexistência de técnicas eficientes de aquecimento. Incêndios catastróficos eram frequentes, dada a fragilidade dos materiais

de construção e só a largura das grandes avenidas impedia que o fogo destruísse setores inteiros da cidade (21).

Pelas ruas e avenidas pessoas a pé cruzavam com suntuosos carros de boi, conduzidos por serviçais vestidos de branco, que os aristocratas utilizavam para ir ao *Dai-Dairi* ou outras edificações oficiais, para as romarias aos templos e santuários da capital e arredores e para as visitas amorosas noturnas. A vida religiosa da nobreza era bastante superficial, consistindo num misto de ostentação, superstições e magia. Só a consciência da precariedade de sua situação, na fase de sua decadência fez com que a nobreza aprofundasse sua vivência religiosa através do Amidismo, como veremos posteriormente. Numerosos tabus — *mono-imi* —, muitos dos quais relacionados com a doença e com a morte obrigavam os aristocratas a períodos breves ou longos de recolhimento. A astrologia e a geomância chinesa dominavam o espírito dos mesmos, com suas tábuas de dias fastos e nefastos e seus interditos relativos a direções consideradas de mau agouro — *kata-tagae*. A prática da incubação era bastante difundida e tanto monges quanto leigos se entregavam a retiros na esperança de receberem em sonhos orientação para seus problemas ou uma revelação decisiva para sua busca espiritual. Astrólogos, adivinhos e interpretadores de sonhos e presságios gozavam do máximo prestígio (22).

Nas províncias a vida era menos faustosa. As mansões dos notáveis provinciais eram o centro de intensa atividade econômica, compreendendo agricultura, criação de gado e artesanato. Muitas das grandes propriedades eram unidades auto-suficientes. Os *samurais* difundiram um estilo de vida baseado na simplicidade e na frugalidade e suas casas fortificadas, no estilo chamado *buke-zukuri*, simples construções de madeira com teto de colmo e providas apenas de pequenas esteiras circulares como assento contrastavam vivamente com o requinte das mansões da aristocracia de Kyoto. Sua literatura, em que se destacam epopéias originalmente cañtadas ao som da *biwa* (espécie de guitarra) como o *Heike Monogatari* (Romance dos Heike) também contrasta vivamente com as obras deixadas pela nobreza de Kyoto. Embora menos apegados às superstições do que os aristocratas, os guerreiros se mostravam igualmente imbuídos do pensamento mágico e do sincretismo entre as crenças búdicas e as nacionais. Nos primeiros tempos do *Bakufu* de *Kamakura* a situação do país, em matéria de religião, não diferia muito da que caracterizava os tempos áureos da aristocracia. Os templos das ordens Tendai e Shingon e das velhas escolas búdicas de Nara, juntamente com os santuários das divindades

(21). — *LXX* p. 15-26, *LXIX* p. 87-92.

(22). — *LXX* p. 227-249.

nacionais eram o centro da vida religiosa. O santuário do *Chinju* — divindade local — dominava a vida religiosa nas aldeias e nos *shôen*. Os senhores construíam em suas terras capelas e santuários das divindades de sua devoção, impondo o culto das mesmas aos camponeses e utilizando-o como um instrumento de dominação capaz de garantir a submissão e obediência. Idêntica atitude era observada pelos *jitô* e demais autoridades da nova ordem feudal (23). Veremos nos capítulos posteriores como o novo budismo do Período de Kamakura e particularmente as correntes amidistas vieram alterar esse quadro.

(*Continua*).

(23). — *CLXV* p. 113-121.